

A BLINDAGEM PARLAMENTAR

A blindagem parlamentar, às vezes me parece uma vitrine de loja antiga, daquelas de ferragens e quinquilharias, onde cada peça tem um nome e uma utilidade muito específica. Na prateleira de cima, a “Imunidade Material” reluz como um talismã: diz que palavras não são crimes quando proferidas no exercício do mandato. Ao lado, a “Imunidade Formal” se oferece como colete: protege de prisões, de buscas, de aborrecimentos processuais — ao menos até que a corporação decida, com gravidade e lenços nos bolsos, se autoriza ou não a abertura da porta do tribunal. Mais à direita, em caixa de madeira envernizada, repousa o “Foro por Prerrogativa de Função”, um encurtador de caminhos que, por charme de época, ainda se apresenta como distinção republicana.

Logo abaixo, um conjunto de chaves de fenda com etiquetas imaginárias: “Urgência Regimental” (para furar a fila e trocar o pneu com o carro em movimento), “Emenda Jabuti” (para pendurar blindagens em troncos estranhos), “Recurso Protelatório” (um pequeno espiral que cabe em qualquer furo e sempre alonga a tarde), “Segredo de Justiça” (um pano preto que se joga sobre a vitrine quando a rua começa a se aglomerar). Os vendedores conhecem os nomes, a casa conhece a clientela e, se alguém perguntar o preço, respondem com aquela expressão cordial que o Brasil cultiva quando se fala em jeitinhos: “depende”.

Depende de quê? Do tempo, sobretudo. Entre nós, o tempo é uma ferramenta política. Quem duvida, que observe a peça mais procurada da loja: o “Calendário Flexível”. Ele tem dois botões, “Posterga” e “Encena”. Ao pressionar “Posterga”, audiências brotam no futuro como miragens; prazos reinventam-se; a pauta, outrora grave e urgente, cede lugar a uma nova tempestade midiática. Ao acionar “Encena”, convocam-se discursos em defesa de abstratos princípios, todos solenes, todos irrepreensíveis, nenhum deles voltado ao caso de carne e osso que implora por julgamento.

A encenação nasce sob os holofotes de um país que aprendeu a confundir publicidade com publicidade de si mesmo. O efeito colateral é conhecido: o delito concreto evapora em fumaça filosófica; as responsabilidades individuais dissolvem-se em debates sobre “a independência dos Poderes”, “o equilíbrio institucional”, “a voz das urnas”. O resultado é um mundo onde as palavras pairam um palmo acima do chão, e os fatos, pobrezinhos, atolam-se na lama.

Se isso parece cínico, recordemos que o cinismo é o estágio avançado da ingenuidade traída. O Brasil tentou ser moderno mais de uma vez. Ensaíamos códigos, criamos órgãos de controle, demos à publicidade, à moralidade e à

eficiência lugar de sobrenomes da administração. No entanto, como bem lembrou Sérgio Buarque, o “homem cordial” não é o homem gentil; é o homem da casa levando a casa para a rua. E quando a casa invade a rua, o público se torna extensão de relações pessoais. A política, então, vira uma sala grande, com sofás confortáveis, onde cada um sabe de quem é afilhado, a quem deve favores e quem merece uma paciência extra.

Nesse salão, “ética” é dança de minueto. A Comissão que deveria zelar pela honra dos mandatos valsou tantas vezes em torno de si mesma que aprendeu a proteger, antes de tudo, a coreografia. E, quando o ritmo ameaça quebrar, surgem maestros improvisados com apitos apocalípticos: “A democracia está em risco!”, “O Parlamento foi afrontado!”, “Querem calar as vozes do povo!”. Como em toda boa ópera, a orquestra cobre o desafino do tenor; como em toda má política, o espetáculo cobre o vazio do ato.

Não é novo. A raiz é patrimonial — Raymundo Faoro a farejou com precisão —, mas o tronco é contemporâneo. Com as novas tecnologias de comunicação, o arsenal de blindagens ganhou amplificador. A cada denúncia, a réplica: lives, threads, cortes editados; um escudo digital onde todo ataque vira prova de perseguição e todo pedido de investigação se traveste de golpe contra a soberania popular. Monta-se, então, a tenda do milagre retórico: “Se me acusam, é porque incomodo; se pedem que eu explique, é porque sou temido; se provam, é porque o sistema teme o meu povo.” E, assim, o réu se projeta em santo e o santo, se existir, vira chato.

Há, porém, um antídoto. Ele não é épico nem cinematográfico. Não tem marchas na Esplanada, não rende cortes virais, não emociona multidões. Chama-se regra impessoal sob luz diurna. É simples a ponto de parecer boba: o que é crime para o vizinho é crime para o representante. O que se apura no bairro se apura no plenário. O que tem começo tem meio e tem fim. O que é recurso é recurso, e não desculpa. O que é exceção é exceção, e não atalho. O que é prerrogativa é instrumento do mandato, e não armadura do indivíduo.

E — ousado dizer — o antídoto começa com a humildade de nomes próprios. A democracia precisa lembrar que “Poder” é substantivo, não pronome possessivo. Não há “meu” Ministério Público, “minha” Corte Suprema, “meu” Parlamento. Há instituições que pertencem ao país. E o país, quando esquece disso, perde o juízo: ou entrega tudo a um salvador — e os salvadores, esses, sempre cobram caro —, ou relativiza a lei até a lei virar paisagem.

Talvez seja hora de recolocar a vitrine no seu devido lugar. Não para quebrá-la — quebrar instituições é sempre barato e sempre custa caro —, mas para rearrumar as peças. A “Imunidade Material” deve voltar a proteger a opinião, jamais a ofensa deliberada. A “Imunidade Formal” precisa servir de guarda-chuva contra arbitrariedades, não de toldo permanente contra a chuva comum da lei. O “Foro”

deve ser exceção moderadora, não bilhete preferencial de impunidade. E o “Calendário” que se converta em relógio: tic-tac de etapas transparentes, prazos com começo e fim, publicidades que informem, e não confundam.

Um país não se reforma por decreto de iluminação moral; reforma-se por insistência cotidiana. É o promotor que recorre onde deve, o juiz que decide quando deve, o advogado que contradiz como deve, o parlamentar que se lembra de que mandato não é milagre. É o eleitor que recusa o canto de sereia do escândalo eterno, que troca like por leitura, que exige comprovação no lugar de fogo-fátuo. É a imprensa que faz o ofício árduo de separar barulho de notícia. É o professor que explica, com paciência de quem planta, a diferença entre crítica legítima e intimidação institucional.

Enquanto não for assim, a vitrine continuará aberta, iluminada, convidativa, com suas peças brilhosas e seus vendedores atenciosos. E nós, passantes, continuaremos a confundir verniz com madeira, brilho com substância, um discurso escorrito com o ato elementar de responder pelos próprios atos. Num país cansado de farsas, pouca coisa é tão revolucionária quanto o óbvio: o representante do povo também é povo — sujeito às leis, destinatário da Justiça, cidadão entre cidadãos.

Se um dia essa lição simples enfim pegar, a loja perderá clientela. A democracia agradecerá o prejuízo. E talvez Brasília, ao cair da tarde, ganhe um silêncio novo — desses em que se ouve, por fim, o trabalho humilde das engrenagens funcionando.